



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

DATA: 03 / 04 / 2025

JORNAL: Amf

EDIÇÃO: Cruzzeiro: 3249

LEI N.º 3331/2025

Autoria: Vereador Cláudio A. G. do Carmo/PSD

Institui a Política de Enfrentamento à Violência Política Contra a Mulher no Âmbito do Município de Santo Antônio do Sudoeste-PR.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, a Política de Enfrentamento à Violência Política Contra a Mulher.

Parágrafo único: Para os fins desta Lei, considera-se violência política contra a mulher qualquer ação ou omissão, individual ou coletiva, com a finalidade de impedir, constranger ou restringir o pleno exercício dos direitos políticos pelas mulheres.

Art. 2º. São diretrizes da Política de Enfrentamento à Violência Política Contra a Mulher no âmbito municipal:

I- Compreensão de que o direito político da mulher deve ser exercido de forma ampla e abrangente, compreendido não apenas no processo eleitoral e no exercício de um mandato eletivo, mas, sobremaneira na participação ativa em partidos, associações, manifestações políticas, atividades de militância, em cargos e funções públicos, entre outros;

II- Interseccionalidade nas ações voltadas ao enfrentamento da violência política contra a mulher, considerando a relação entre violência política e aspectos como cor, raça, etnia, religiosidade, classe social, idade e outras formas de discriminação.

III- busca ativa para localizar animais domésticos em situação de risco.

Art. 3º. Configura violência política contra a mulher, entre outros:

I- Assediar, constranger, humilhar, discriminar, ameaçar ou agredir, por qualquer meio, criando obstáculos que impeçam a mulher de exercer livremente seus direitos políticos dentro das diretrizes esculpidas pelo Artigo 2º, em seus incisos;

II- Induzir ou coagir a mulher para forçá-la a realizar, contra sua vontade, determinada ação ou incorrer em omissão no desempenho de suas funções;



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

III - Difamar, caluniar ou injuriar a mulher, com base em estereótipos de gênero, visando minar sua imagem pública ou prejudicar o exercício de seus direitos políticos;

Parágrafo único. A crítica, o debate e o posicionamento contrário à ideia ou proposição legislativa apresentada não configuram violência política contra a mulher.

Art. 4º. São objetivos da Política de Enfrentamento à Violência Política Contra a Mulher no Município de Santo Antônio do Sudoeste:

I- Identificar, prevenir e combater ações ou omissões que configurem violência política contra a mulher;

II- Garantir o direito de participação política da mulher e combater a discriminação e a desigualdade de tratamento em razão de gênero nas instâncias de representação e no exercício de atividades políticas;

III- Combater qualquer forma de discriminação de sexo, incluindo aspectos relativos à raça, cor, etnia, classe social, idade e religiosidade, com o objetivo de impedir ou prejudicar o exercício dos direitos políticos da mulher;

IV- Promover a divulgação de informações sobre as formas de identificar, denunciar e combater a violência política contra a mulher;

V- Estimular a participação das mulheres em partidos políticos, associações e demais entidades comunitárias;

VI- Incentivar a formação política das mulheres;

VII- Monitorar e garantir o cumprimento da cota de candidaturas femininas;

VIII- Defender ações que favoreçam a paridade entre homens e mulheres em todos os órgãos públicos e instâncias decisórias de partidos políticos, associações e organizações políticas;

IX- Apoiar e incentivar a emancipação, a autonomia e o protagonismo da mulher perante a sociedade santo-antoniense;

X- Firmar parcerias entre órgãos públicos, entidades privadas e organizações da sociedade civil para consecução dos objetivos da Política de Enfrentamento à Violência Política Contra a Mulher.

Art. 5º. As denúncias relacionados ao descumprimento da presente lei, deverá ser encaminhada à Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, para a adoção das medidas legais cabíveis, dentro do procedimento próprio da Procuradoria.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

Art. 6º. Fica permitida a realização de eventos de conscientização e divulgação das ações que se referem a Política de Enfrentamento à Violência Política Contra a Mulher na sede da Câmara de Vereadores ou em locais externos, sendo permitida a utilização de materiais, impressos, audiovisuais ou afins, de caráter institucional, para promoção dos objetivos desta Lei.

Art. 7º. As despesas operacionais com a realização desta Política ocorrerão, no que couber, à conta de dotações próprias do orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, 015 DE ABRIL DE 2025.

PUBLIQUE-SE:

RICARDO ANTÔNIO ORTINÃ

Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO
SUDOESTE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3331/2025

LEI N.º 3331/2025

Autoria: Vereador Cláudio A. G. do Carmo/PSD

Institui a Política de Enfrentamento à Violência
Política Contra a Mulher no Âmbito do
Município de Santo Antônio do Sudoeste-PR.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, a Política de Enfrentamento à Violência Política Contra a Mulher.

Parágrafo único: Para os fins desta Lei, considera-se violência política contra a mulher qualquer ação ou omissão, individual ou coletiva, com a finalidade de impedir, constranger ou restringir o pleno exercício dos direitos políticos pelas mulheres.

Art. 2º. São diretrizes da Política de Enfrentamento à Violência Política Contra a Mulher no âmbito municipal:

I- Compreensão de que o direito político da mulher deve ser exercido de forma ampla e abrangente, compreendido não apenas no processo eleitoral e no exercício de um mandato eletivo, mas, sobremaneira na participação ativa em partidos, associações, manifestações políticas, atividades de militância, em cargos e funções públicos, entre outros;

II- Interseccionalidade nas ações voltadas ao enfrentamento da violência política contra a mulher, considerando a relação entre violência política e aspectos como cor, raça, etnia, religiosidade, classe social, idade e outras formas de discriminação.

III- busca ativa para localizar animais domésticos em situação de risco.

Art. 3º. Configura violência política contra a mulher, entre outros:

I- Assediar, constranger, humilhar, discriminar, ameaçar ou agredir, por qualquer meio, criando obstáculos que impeçam a mulher de exercer livremente seus direitos políticos dentro das diretrizes esculpidas pelo Artigo 2º, em seus incisos;

II- Induzir ou coagir a mulher para forçá-la a realizar, contra sua vontade, determinada ação ou incorrer em omissão no desempenho de suas funções;

III - Difamar, caluniar ou injuriar a mulher, com base em estereótipos de gênero, visando minar sua imagem pública ou prejudicar o exercício de seus direitos políticos;

Parágrafo único. A crítica, o debate e o posicionamento contrário à ideia ou proposição legislativa apresentada não configuram violência política contra a mulher.

Art. 4º. São objetivos da Política de Enfrentamento à Violência Política Contra a Mulher no Município de Santo Antônio do Sudoeste:

I- Identificar, prevenir e combater ações ou omissões que configurem violência política contra a mulher;

II- Garantir o direito de participação política da mulher e combater a discriminação e a desigualdade de tratamento em razão de gênero nas instâncias de representação e no exercício de atividades políticas;

III- Combater qualquer forma de discriminação de sexo, incluindo aspectos relativos à raça, cor, etnia, classe social, idade e religiosidade, com o objetivo de impedir ou prejudicar o exercício dos direitos políticos da mulher;

IV- Promover a divulgação de informações sobre as formas de identificar, denunciar e combater a violência política contra a mulher;

V- Estimular a participação das mulheres em partidos políticos, associações e demais entidades comunitárias;

VI- Incentivar a formação política das mulheres;

VII- Monitorar e garantir o cumprimento da cota de candidaturas femininas;

VIII- Defender ações que favoreçam a paridade entre homens e mulheres em todos os órgãos públicos e instâncias decisórias de partidos políticos, associações e organizações políticas;

IX- Apoiar e incentivar a emancipação, a autonomia e o protagonismo da mulher perante a sociedade santo-antonense;

X- Firmar parcerias entre órgãos públicos, entidades privadas e organizações da sociedade civil para consecução dos objetivos da Política de Enfrentamento à Violência Política Contra a Mulher.

Art. 5º. As denúncias relacionados ao descumprimento da presente lei, deverá ser encaminhada à Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, para a adoção das medidas legais cabíveis, dentro do procedimento próprio da Procuradoria.

Art. 6º. Fica permitida a realização de eventos de conscientização e divulgação das ações que se referem a Política de Enfrentamento à Violência Política Contra a Mulher na sede da Câmara de Vereadores ou em locais externos, sendo permitida a utilização de materiais, impressos, audiovisuais ou afins, de caráter institucional, para promoção dos objetivos desta Lei.

Art. 7º. As despesas operacionais com a realização desta Política ocorrerão, no que couber, à conta de dotações próprias do orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, 015 DE ABRIL DE 2025.

PUBLIQUE-SE:

RICARDO ANTÔNIO ORTINÃ

Prefeito Municipal

Publicado por:

Cintia Fernanda Lanzarin

Código Identificador:78BDA92F

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 03/04/2025. Edição 3249

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>